



RODRIGO LEFÈVRE E A ARQUITETURA MODERNA BRASILEIRA

VINÍCIUS OKADA

Universidade de São Paulo - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design
Rua do Lago, 876, São Paulo – SP – CEP: 05508-080
<https://orcid.org/0000-0003-1185-0142>
vncs.okada@gmail.com

Recebido: 13/11/2024

Aprovado: 24/02/2025

LEANDRO MEDRANO

Universidade de São Paulo - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design
Rua do Lago, 876, São Paulo – SP – CEP: 05508-080
<https://orcid.org/0000-0002-1598-9101>
medrano@usp.br

RESUMO

Este artigo aborda a produção teórica do arquiteto Rodrigo Brotero Lefèvre (1938-1984) a partir do esforço de identificar sua posição com relação à Arquitetura Moderna brasileira. Analisa-se os principais autores e conceitos mobilizados pelo arquiteto em suas formulações teóricas, sua produção arquitetônica e seu contexto histórico. Concluímos que a obra de Rodrigo Lefèvre difere do cânone hegemônico da Arquitetura Moderna brasileira por reivindicar uma postura crítica, devedora das vanguardas, atenta às contradições sociais subjacentes ao processo de modernização nacional.

Palavras-chave: Rodrigo Lefèvre. Arquitetura nova. Arquitetura moderna. Desenvolvimentismo.

ABSTRACT

This article examines the theoretical production of architect Rodrigo Brotero Lefèvre (1938-1984) based on an effort to identify his stance regarding Brazilian Modern Architecture. It analyzes the main authors and concepts mobilized in his theoretical formulations, his architectural production, and his historical context. We conclude that Rodrigo Lefèvre's work differs from the hegemonic canon of Brazilian Modern Architecture by claiming a critical stance, indebted to the avant-gardes, attentive to the social contradictions underlying the process of national modernization.

Keywords: Rodrigo Lefèvre. New architecture. Modern architecture. Developmentalism.



INTRODUÇÃO

O historiador italiano Manfredo Tafuri (1935-1994) formulou uma das críticas mais contundentes à Arquitetura Moderna. Para ele, a subsunção da vanguarda arquitetônica à cadeia produtiva capitalista, promovida pelo Movimento Moderno, teve como consequência a redução da arquitetura a mero objeto do planejamento e o esvaziamento de seus valores disciplinares tradicionais. Nesses termos, Tafuri (1985, p. 70) definiu a Arquitetura Moderna como “*a programação e reorganização planejada da produção de edifícios e da cidade como organismo produtivo*”. Desse modo, partimos primordialmente do conceito tafuriano de “ideologia arquitetônica”, que pode ser sintetizado como a ideologia da burguesia industrial, gestada no entreguerras ocidental, fundamentada pela subsunção integral das artes às relações de produção capitalistas para a construção moral do homem burguês enquanto tipo ideal, a qual encontrou na arquitetura um campo para a sua efetivação por conta de sua especificidade disciplinar de funcionar como “*mediação entre realismo e utopismo*” (TAFURI, 1972, p. 49).

Segundo autores como Luiz Recamán (2002), a Arquitetura Moderna brasileira foi uma versão flexível e formal do modernismo europeu do entreguerras, de maneira a possibilitar sua efetivação em um país de economia dependente, com uma construção civil predominantemente manufatureira. Dessa forma, produziu-se uma abstração formalista que possibilitou o esvaziamento estético da arquitetura, reduzida à função de justificação ideológica da ordem burguesa e com centralidade do poder do Estado que a promoveu. Em síntese, a formação da Arquitetura Moderna brasileira se estruturou por meio da ideologia de um “*parecer moderno apesar da precária atividade industrial*” (RECAMÁN, 2002, p. 221).

Nesse contexto, um grupo de arquitetos paulistas produziu uma série de experimentações críticas ao cânone moderno brasileiro, centrado na perspectiva de uma

industrialização por vir. O grupo Arquitetura Nova¹ – Flávio Império (1935-1985), Rodrigo Lefèvre (1938-1984) e Sérgio Ferro (1938) –, na década de 1960, procurou adotar as contradições do canteiro de obras brasileiro como partido projetual, na busca de uma possível síntese entre o arcaico e o moderno (SACCONI, 2020). Pela contundência de suas críticas às contradições de uma industrialização não realizada na construção civil, e por não se enquadrarem nos moldes tradicionais da Arquitetura Moderna valorizada pelo cânone historiográfico, tiveram suas contribuições minoradas e subestimadas durante décadas (BUZZAR, 2019).

Na passagem dos anos 1990 para os anos 2000, uma série de trabalhos acadêmicos foram produzidos visando retomar as contribuições do grupo de arquitetos. No contexto de disseminação internacional das, assim chamadas, concepções pós-modernas, a recuperação histórica do grupo Arquitetura Nova se enquadrava numa espécie de esforço pela politização de nosso campo disciplinar por meio da recuperação crítica da Arquitetura Moderna brasileira e, com isso, da crítica da ideologia desenvolvimentista.

Os trabalhos em questão se dividem em dois grupos, por um lado, os que abordaram o grupo de arquitetos como um todo, por outro, os que abordaram Rodrigo Lefèvre em particular. São eles, respectivamente: *Grupo Arquitetura Nova: Flávio Império, Rodrigo Lefèvre e Sérgio Ferro*, de Ana Paula Koury, dissertação de mestrado de 1999; *Arquitetura Nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões*, de Pedro Fiori Arantes, trabalho de conclusão de curso de 2000; *Rodrigo Brotero Lefèvre e a vanguarda da arquitetura no Brasil*, de Miguel Antonio Buzzar, tese de doutorado de 2002; e *Rodrigo Brotero Lefèvre: a construção da utopia*, de Humberto Pio Guimarães, dissertação de mestrado de 2006. Esses quatro trabalhos podem ser encarados como pilares fundamentais dos estudos sobre o grupo Arquite-

¹ O nome em questão foi primeiramente sugerido por Sérgio Ferro no texto-manifesto *Arquitetura Nova*, de 1967, publicado na revista *Teoria e Prática* (FERRO, 2006a). O texto FAU, *Travessa da Maria Antônia*, de 1988, deixa claro que o nome proposto era um paralelo do grupo de arquitetos com o movimento do Cinema Novo (FERRO, 2006b). Posteriormente, o nome foi adotado pela pesquisadora Ana Paula Koury, em sua dissertação de mestrado de 1999, publicada como livro em 2003 (KOURY, 2003).

tura Nova e convergem na centralidade que dão à crítica do desenvolvimentismo tanto na trajetória coletiva do grupo quanto na trajetória particular de Lefèvre.

Por ser o único membro vivo do grupo e pelo relevo de sua produção teórica, por vezes o grupo Arquitetura Nova acabou por ser abordado muito em função das visões de Sérgio Ferro (GUIMARÃES, 2006); além disso, quanto a Rodrigo Lefèvre, observa-se uma maior importância dada aos seus projetos arquitetônicos do que à sua produção teórica (BUIM, 2022). Nesse contexto, o estudo da produção teórica de Rodrigo Lefèvre possibilita novas contribuições historiográficas a respeito de sua relação com a Arquitetura Moderna brasileira; a saber, se a classificamos como uma *“vanguarda de novo tipo”*, que surge como questionamento à própria noção de vanguarda (BUZZAR, 2019, p. 272), como uma ruptura teórico-política (ainda que relativa) com a tradição paulista de Vilanova Artigas que teria continuidade nos mutirões autogeridos dos anos 1980 e 1990 (ARANTES, 2011), ou como um esforço de construção de uma crítica radical às contradições da Arquitetura Moderna brasileira, mas sem *“o desejo expresso de criar um grupo específico”* ou constituir *“um movimento de vanguarda, no sentido de estabelecer uma ruptura com seus antecessores”* (KOURY, 2003, p. 31).

A Produção da Arquitetura

Nos anos 1960, o grupo Arquitetura Nova projetou uma série de residências modernas, seguindo a tradição da escola paulista, empreendendo experimentações de modulação sob uma perspectiva de industrialização da construção. No entanto, as contradições vividas durante o desenvolvimento dos projetos em canteiro de obras, com as críticas acumuladas nacionalmente ao canteiro de Brasília, serviram para atestar o caráter predominantemente manufatureiro da construção civil brasileira e a necessidade de novas práticas para confrontar a realidade.

Em um texto de 1963, em coautoria com Sérgio Ferro, publicado pelo Grêmio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (GFAU-USP), intitulado *Proposta inicial para um debate: possibi-*

lidades de atuação, denunciavam que o desenvolvimento brasileiro era impedido por grandes contradições estruturais relativas à concentração de capitais e formação de monopólios, o que acarretava uma subutilização da mão de obra qualificada brasileira (FERRO; LEFÈVRE, 2006). Por isso, afirmavam sua necessidade de participação do processo de desenvolvimento brasileiro por meio da arquitetura e defendiam uma prática experimental que encarasse tais contradições.

As críticas se mantiveram no texto seguinte, de 1965, em publicação da revista Acrópole, que contava com uma seleção de obras do grupo de arquitetos e pequenos textos autorais assinados por cada um. Na ocasião, Lefèvre afirmava que as contradições do desenvolvimento brasileiro evidenciavam o erro da transposição mecânica de teorias modernas dos países imperialistas para um país de economia dependente, assumindo um *“cunho de irracionalidade”* (FERRO; IMPÉRIO; LEFÈVRE, 2006, p. 38). Um ano após o golpe empresarial-militar de 1964, a crise se agudizava e restava aos arquitetos assumir *“um caráter programático e militante”*, de modo a experimentar *“inúmeras possibilidades técnicas e espaciais”*, numa espécie de *“atitude de espera e estímulo de transformações sociais profundas”* (FERRO; IMPÉRIO; LEFÈVRE, 2006, p. 39).

O grupo Arquitetura Nova chegou a uma nova fase de sua produção na segunda metade da década de 1960; notoriamente conhecida pelo uso de abóbadas autoportantes como elementos projetuais de organização espacial da habitação, seguindo, de maneira inventiva, a solução tradicional da grande cobertura da escola paulista. Descrevendo esse período, Lefèvre (2019c, p. 68-69) destacou que tratava-se de *“retomar um outro tipo de arquitetura”*, que seria *“o inverso daquela posição inicial da industrialização da construção”*, partindo das técnicas tradicionais populares em alvenaria. Assim, o grupo foi capaz de formular uma produção arquitetônica que colocava o operário da construção e o canteiro de obras como elementos centrais do projeto.

Em 1961, Flávio Império havia utilizado abóbadas catalãs na Residência Simão Fausto, e, em 1963, Sérgio Ferro havia utilizado a cobertura abobadada autopor-

tante na Residência Bernardo Issler. No entanto, foi na segunda metade da década, entre 1966 e 1967, que o grupo aperfeiçoou o uso das coberturas em abóbada a partir de uma série de projetos escolares em cidades do interior de São Paulo (BUZZAR, 2019). A solução atingiu o máximo refinamento plástico-constructivo em 1968, na Residência Juarez Brandão Lopes, de Flávio Império e Rodrigo Lefèvre.

A cobertura autoportante abobadada se constituiu como instrumento autocrítico de contraponto à noção hegemônica de um *“parecer moderno apesar da precária atividade industrial”* (RECAMÁN, 2002, p. 221). Deseñhava-se uma nova concepção de nação brasileira por meio da apropriação do *“miserabilismo”* como alternativa concreta possível, na direção de uma *“populização e autonomia”* da técnica (KOURY, 2003, p. 56).

Após a Residência Juarez Brandão Lopes, os arquitetos do grupo Arquitetura Nova seguiram rumos diferentes. Ferro e Lefèvre, militantes do Partido Comunista Brasileiro desde 1960, aderiram à Ação Libertadora Nacional (ALN), de Carlos Marighella (1911-1969), e sofreram com a repressão da ditadura empresarial-militar, sendo presos em dezembro de 1970, encarcerados por um ano no Presídio Tiradentes. Após serem soltos, Ferro se exilou na França, enquanto Lefèvre retornou à arquitetura e à docência. Império, por sua vez, dedicou-se à carreira como cenógrafo, artista plástico e professor.

No início dos anos 1970, Lefèvre aprofundou as experimentações em projetos residenciais, tendo em vista as possíveis soluções para a habitação popular. Em particular, três residências do período demonstram um refinamento da solução plástico-constructiva: a Residência Pery Campos (1970), a Residência Dino Zammataro (1970) e a Residência Carlos Ziegelmeyer (1972). A tendência persistente de trabalhar com as técnicas tradicionais da habitação popular autoconstruída por meio da tradição da escola paulista fez-se presente de modo a conformar uma *“unidade de produção”* particular a Lefèvre, espécie de *“pequeno sistema arquitetônico”*, cuja especificidade se encontrava na *“reafirmação da solução-*

-tipo dada pela abóbada, do espaço interior que ela proporciona e da renovação das ideias simbólicas da arquitetura moderna brasileira” (BUZZAR, 2019, p. 183).

Buzzar (2019, p. 51) destaca a centralidade da casa como *“dispositivo-chave”* para a Arquitetura Moderna paulista, a qual idealizou um modo de habitar particular por meio de elementos espaciais como o alpendre, o estar, a varanda, a *“sala-praça”*, desaguardando na *“grande sala moderna”* como instrumento da *“nova moral de vida”*. Vemos essas continuidades nas obras de Lefèvre, mas também *“rupturas”* a partir da *“estratégia de chocar o morar burguês (ou a moral social burguesa) por meio da arquitetura”* (BUZZAR, 2019, p. 51). Podemos chamar essa relação contraditoriamente crítica de modernismo autocrítico, no contexto de sua crise.

Lefèvre demonstrou um esforço de transformação do perfil profissional do arquiteto: integrado à cadeia produtiva, com metodologias objetivas de trabalho e em cooperação com outras áreas de conhecimento. Para Ana Paula Koury (2003, p. 107), tratava-se de um contraponto ao ideal de *“arquiteto autônomo”* e ao *“individualismo das personalidades de grande destaque”*. Assim, as obras citadas até aqui representam a busca pela realização da noção de um arquiteto-organizador do processo produtivo, contrário à noção tradicional de arquiteto que monopoliza o conhecimento global dos processos de trabalho através do projeto.

A busca por um arquiteto-organizador amparava-se diretamente nas noções contidas no ensaio O Autor como produtor, de Walter Benjamin (2016). O conceito benjaminiano de *“socialização dos meios de produção intelectual”* (BENJAMIN, 2016, p. 145-146) faz-se presente no texto de Lefèvre, *Casa do Juarez*, de 1971, pela necessidade de superar a divisão entre trabalho intelectual e manual entre operários e arquitetos e organizar *“um modelo de produção”* que se difunda entre as massas, de modo que o arquiteto não coloque sua *“solidariedade com o proletariado unicamente no plano da ideologia”*, mas, também, *“no plano da produção, como produtor”*, gerando um efeito em cadeia na adoção massiva do modelo de produção proposto (LEFÈVRE, 2019b, p. 51). A no-

ção do arquiteto como produtor já se fazia presente na formulação da cobertura autoportante em abóbada, experimentações para possíveis projetos de habitação popular.

Em 1971, Lefèvre foi contratado pela Hidroservice Engenharia de Projetos Ltda. como chefe do departamento de arquitetura, gerenciando projetos de grande escala e equipes multidisciplinares. Ainda que com objetivos e escalas muito distintas de seus projetos anteriores, a ideia de um arquiteto-organizador também se fez presente em sua produção, tal como no Edifício-sede do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, DNER, em Brasília, entre 1972 e 1974, e no Instituto dos Ambulatórios do Hospital das Clínicas, em São Paulo, entre 1973 e 1975. Na realidade, os grandes projetos puderam desenvolver ainda mais a noção de organização e racionalização da produção, de maneira a amadurecer a noção de planejamento.

Isso pode ser visto no texto publicado em 1981, na revista *Módulo*, intitulado *O Arquiteto assalariado*, no qual o autor comenta sobre como o seu trabalho na empresa o fez desenvolver sua crítica anterior por um novo perfil profissional (LEFÈVRE, 2019a). Para ele, “fazer arquitetura” envolveria “uma intenção mais ampla do que a simples disposição de construir edifícios”, caminhando no sentido de uma “concepção coletiva da equipe sobre o futuro harmônico e equilibrado” (LEFÈVRE, 2019a, p. 193).

Também comentando sobre seu trabalho na Hidroservice, Lefèvre (2019c, p. 75-76) mencionou, na entrevista de 1974, a noção de planejamento para a arquitetura. Para ele, o planejamento resultava “de uma visão global que o arquiteto consegue ter de todos os aspectos técnicos separados ou atomizados que podemos analisar num projeto”, os quais “se fundem em uma síntese coerente” na medida em que “nenhum dos outros técnicos de engenharia tem uma visão global do projeto”, pois “o arquiteto é um coordenador”.

Podemos observar uma continuidade de seu percurso projetual e teórico enquanto arquiteto. Existe uma contradição entre as duas dimensões de sua atividade, arquiteto autônomo e arquiteto assalariado, arquiteto-organizador e arquiteto-planejador. Contudo, é justa-

mente essa contradição que concede o automovimento da práxis de Lefèvre: finalidades postas para uma arquitetura em busca de meios para sua objetivação, negados pela conjuntura histórica, mas que puderam ser objetivados por meio das formulações presentes em sua produção teórica, como em sua dissertação para um projeto de um acampamento de obra (LEFÈVRE, 2019f). Trata-se de uma arquitetura formulada como “modelo de ação” ao modo Moderno (TAFURI, 1972, p. 49), mas a partir de sua crítica e autocrítica.

Utopismo e Sociedade em Transição

Um momento fundamental da produção teórica de Rodrigo Lefèvre é o artigo *Uma crise em desenvolvimento*, publicado na revista *Acrópole*, em 1966 (LEFÈVRE, 2019g). Tratava-se de uma resposta ao artigo de Vilanova Artigas, intitulado *Uma falsa crise*, publicado em 1965, na mesma revista (ARTIGAS, 2004). No texto, Lefèvre delinea o contorno essencial de sua crítica ao desenvolvimentismo e mobiliza conceitos centrais que perduraram até a sua dissertação de mestrado de 1981.

Por um lado, Artigas defendeu que a crise do funcionalismo representava o fim de uma fase histórica. A Arquitetura Moderna havia sido expressão do desenvolvimento industrial, encontrando, no Ocidente, limites para o seu ideal de transformação social nas contradições da social-democracia; enquanto nos países de economia dependente, como o Brasil, havia assumido um caráter de “descolonização”, pela possibilidade de liberação do desenvolvimento das forças produtivas que condicionaria a superação da dependência (ARTIGAS, 2004, p. 105). A nova fase histórica permitiria abandonar certas ilusões utópicas na subordinação completa da arquitetura e do próprio homem ao desenvolvimento tecnológico como motor da transformação social em favor da politização da própria arquitetura; identificava-se um caminho de certa continuidade e aprofundamento crítico do fazer arquitetônico com relação à fase anterior.

Por outro lado, Lefèvre (2019g, p. 46-47) defendia o caráter inegável da crise da Arquitetura Moderna, acelerada após a derrota frente ao golpe de 1964, com os arquitetos cada vez mais limitados a “experiências de

laboratório”, distantes da “participação popular na produção de arquitetura”, condenados ao mero “modismo”, sendo “progressivamente excluídos da vida pública”. O arquiteto destacava a etapa histórica vivida no Brasil do século XX, caracterizada pelo “processo de democratização”, a transformação progressiva da sociedade pela participação popular na política e a aceleração das contradições e do desenvolvimento por meio da industrialização e da urbanização (LEFÈVRE, 2019g, p. 45-46). Era uma crítica ao fazer oficioso que dominava a Arquitetura Moderna brasileira.

O conceito de processo de democratização, em Lefèvre, é utilizado a partir do sociólogo húngaro Karl Mannheim (1893-1947). Para este, tal processo caracterizaria o momento em que uma sociedade passa por certa mobilidade social, vencendo o estágio precedente de uma “sociedade estática” (MANNHEIM, 1968, p. 25-26). O momento fundamental para isso seria o questionamento da visão de mundo dominante pela sociedade, causado centralmente por uma certa “mobilidade social” e pela “comunicação” entre os grupos sociais anteriormente isolados (MANNHEIM, 1968, p. 26). Mas a mera difusão da visão de mundo dos “estratos sociais inferiores” nas camadas dominantes não teria efetividade, a menos que acompanhada de uma “considerável ascensão social” e, principalmente, de “uma democratização geral”; assim, então, poderia adquirir uma “relevância pública” (MANNHEIM, 1968, p. 26). O estágio de “democratização geral” se observaria quando “as técnicas de pensar e as ideias dos estratos inferiores estão pela primeira vez em condições de se confrontarem com as ideias dos estratos dominantes em um mesmo nível de validade” (MANNHEIM, 1968, p. 27).

De acordo com o filósofo húngaro György Lukács (1885-1971), a obra de Mannheim pode ser compreendida a partir das exigências da “estabilização relativa”: período histórico do entreguerras de derrota dos movimentos revolucionários na Europa Ocidental, a partir da década de 1920 (com a derrota na Alemanha), fundamentado ideologicamente pelas “esperanças ilusórias de um grande período de gradativa e pacífica prosperidade econômica e política”, demonstrado na filosofia pela necessidade de “fundamentar uma visão de mundo contundente e [...] de-

sempear um papel importante na consolidação da sociedade burguesa” (LUKÁCS, 2020, p. 415-416). Desse modo, vemos que, para Mannheim (1962, p. 118), um dos problemas centrais da sociedade moderna era que “o método liberal de organização” ainda não havia atingido maturidade o suficiente para uma “articulação orgânica necessária a uma sociedade vasta e complexa”. Diante disso, a alternativa para o impasse seria, segundo ele, uma espécie de terceira via, que recusasse tanto o fascismo quanto a revolução, chamada de “planejamento democrático”: combinação da “forma de organização político-social inglesa” e dos “princípios da social-democracia alemã”, possibilitando reformas sociais progressivas a partir da “criação consciente de um consenso” entre “grupos sociais antagônicos” (PAIVA, 2000, p. 148).

A referência de Lefèvre ao sociólogo húngaro não foi ocasional. Apesar de suas obras mais conhecidas, como *Ideologia e Utopia*, de 1929, datarem do período entreguerras, a sua difusão tardia no Brasil, a partir da década de 1960, explica-se na medida em que foi um autor utilizado amplamente pela intelectualidade desenvolvimentista, como no caso do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) (PAIVA, 2000).

A obra de Mannheim calhou à ideologia desenvolvimentista por se tratar de um autor, nas palavras de Lukács (2020, p. 551), caracterizado por uma “sofística relativista e formalista ao extremo”, pela qual se realizava uma “deseconomização radical da sociologia”, na qual as ideologias perdiam seus conteúdos de classe e eram reduzidas a mero formalismo, podendo ser manipuladas à vontade. A manipulação irrestrita das ideologias e dos dados fenomênicos serviu à difusão da ideologia desenvolvimentista no Brasil na construção de um corpo teórico-ideológico que fundamentou seus interesses de maneira consistente e notável.

A noção de democratização fundamental a partir de Mannheim persistiu em Lefèvre e ganhou contornos mais profundos em seu mestrado. O *Projeto de um acampamento de obra*, proposto pelo arquiteto, teve como modelo a pedagogia freiriana e as experiências de alfabetização de adultos, em especial a obra *Educação como prática da liberdade*, de 1967 (FREIRE,

2011b). Nesta obra, da fase inicial de sua produção teórica, Paulo Freire se referenciou profundamente em Mannheim, cuja produção conheceu por meio de seu vínculo com o ISEB (PAIVA, 2000). Assim, Freire analisava o Brasil, à época, como uma “*sociedade em transição*”: de uma “*sociedade arcaica*” para uma sociedade “*moderna*”, a caminho de ser uma sociedade industrial e urbana e de uma democracia representativa plena, o que exigia a elaboração de uma pedagogia que “*levasse em consideração o desenvolvimento econômico e a participação popular nesse desenvolvimento*”, uma pedagogia capaz de formar um homem democrático que respondesse às necessidades da “*transição*” brasileira de maneira “*harmônica*” (PAIVA, 2000, p. 144-145). Dessa forma, os conceitos de processo de democratização, sociedade em transição e planejamento democrático, elaborados por Mannheim, reverberaram em Lefèvre também por meio da filosofia freireana.

Em sua dissertação de mestrado, Lefèvre (2019f) ressaltou logo no início que seu objetivo era propor uma inversão de enfoque na análise da questão do êxodo rural e dos migrantes, que proporcionou uma expansão vertiginosa da população da cidade de São Paulo entre as décadas de 1960 e 1980. Em suas palavras, o autor defendia que se considerasse centralmente os próprios migrantes, os “*elementos que se opõem a essa modernização caótica*” (LEFÈVRE, 2019f, p. 241-241). Essa inversão de enfoque constituiria uma possível “*imagem de futuro*”, no sentido de uma possível “*superação da esfera espontânea da apreensão do urbano por uma esfera crítica*”, pela qual “*o homem (o migrante) assume uma posição epistemológica, uma posição de reflexão, de busca de conhecimento*” e, desse modo, “*assume uma posição de produtor, uma posição de ação*” (LEFÈVRE, 2019f, p. 242-243).

Esse esforço de uma abordagem crítica sobre a questão urbana já se fazia presente na produção teórica do arquiteto – como no artigo *Notas sobre o papel dos preços de terrenos em negócios imobiliários de apartamentos e escritórios na cidade de São Paulo*, de 1979 (LEFÈVRE, 2019e) – e se amparava, em grande medida, no pensamento freireano.

Na entrevista de 1974, Lefèvre fez uma diferenciação entre os conceitos de modernização e de desenvolvi-

mento, tratados como opostos entre si. O primeiro dizia respeito ao processo histórico de industrialização brasileiro, tendo um caráter conservador e desigual. O segundo se relacionava ao processo de participação das massas populares na política nacional a partir do desenvolvimento produtivo e urbano do país. No campo da arquitetura, em especial na Faculdade de Arquitetura e Urbanismos da Universidade de São Paulo (FAU-USP) dos anos 1960, Lefèvre diferenciava dois grupos de arquitetos que se amparavam cada qual em uma dessas noções: uma corrente que pensava que “*produzir projetos de arquitetura era a única possibilidade do arquiteto*” de participar no processo de desenvolvimento brasileiro – atribuída a Artigas e afins –, e outra corrente que pensava que o arquiteto deveria se engajar em um “*processo de desenvolvimento concreto, real, em vez de um processo de modernização*” e, por isso, defendia para a função social do arquiteto uma “*atividade cultural mais geral*” (LEFÈVRE, 2019c, p. 74).

Essa diferenciação antagônica entre modernização e desenvolvimento também se fazia presente nas obras de Paulo Freire, em especial em dois livros citados diretamente por Lefèvre em sua dissertação: *Ação cultural para a liberdade e outros escritos* (1968-1974) e *Conscientização: teoria e prática da libertação* (1979). Nessas obras, Freire (2011a, p. 94) defendia que as massas populares dos países do Terceiro Mundo poderiam “*encarnar a utopia de sua libertação*” por meio de sua conscientização e, assim, alcançar o “*seu real desenvolvimento, que não tem nada a ver com a modernização capitalista*”. Para ele, o conceito de desenvolvimento estava vinculado ao “*processo de libertação das sociedades dependentes*”, ao passo que a modernização fundamentava a própria “*situação concreta da dependência*” (FREIRE, 1980, p. 62). Essa noção freireana já se fazia presente em sua produção inicial, em *Educação como prática da liberdade*, de 1967, na qual o autor defendeu que o Brasil se encontrava em uma etapa fundamental de seu processo histórico, na qual estava em vias de deixar de ser uma “*sociedade fechada*”, marcadamente “*colonial, escravocrata, sem povo, reflexa, antidemocrática*”, estabelecida sobre uma “*inexperiência democrática*” (FREIRE, 2011b, p. 89), para se consolidar como uma “*sociedade aberta*”, caracterizada como uma sociedade democrática, urbana e industrial (FREIRE, 2011b, p. 96-97).

Nesse contexto, a ideia de integração dos migrantes na sociedade urbana caminha *pari passu* com a noção de “sabedoria democrática”; para Freire (2011b, p. 108), um modo de consciência basilar das democracias consolidadas por meio do qual se introduz no povo uma “personalidade democrática”. Noções também tomadas de Mannheim (PAIVA, 2000). Dessa teorização, conclui-se, em Freire (2011b, p. 115), que o problema fundamental do Brasil do século XX era “o desenvolvimento econômico como suporte da democracia” no sentido de “um projeto autônomo da nação brasileira”. Aliás, mesmo depois, em *Pedagogia do oprimido*, de 1968, a noção de desenvolvimento econômico como suporte da democracia se manteve como “imperativo básico do Terceiro Mundo” (FREIRE, 2017, p. 132). Em Lefèvre, tal imperativo aparece a partir do conceito de “época de transição”, no segundo capítulo de sua dissertação (LEFÈVRE, 2019f, p. 233), referência ao conceito freireano de “sociedade em transição” (FREIRE, 2011b, p. 55).

O instrumento pelo qual se objetivavam tais noções, para o arquiteto, era justamente o método pedagógico freireano de alfabetização de adultos, em especial, a partir da categoria de “situação-problema” (LEFÈVRE, 2019f, p. 251-252). O método se baseava em uma pesquisa antropológica prévia realizada pelos educadores para o levantamento do universo vocabular e da realidade social dos educandos, por meio da qual passava-se à seleção das “palavras geradoras” a serem utilizadas na alfabetização por meio das situações-problema, discutidas conjuntamente com os educandos no processo pedagógico a partir de sua própria realidade social particular (FREIRE, 2011b, p. 147-189).

Para além disso, observa-se que o arquiteto se utilizava também de formulações presentes em *Pedagogia do oprimido*, de 1968, mesmo sem citar diretamente a obra: sua proposta de “cortes longitudinais e transversais” (LEFÈVRE, 2019f, p. 256-257) guarda similaridades notórias com as noções freireanas de “codificação e decodificação” (FREIRE, 2017, p. 135), assim como o par categórico “subjetivismo-objetivismo” (LEFÈVRE, 2019f, p. 351-352) encontra desenvolvimento similar na obra freireana (FREIRE, 2017). Tratam-se de formulações da dissertação do arquiteto já presentes em seu escrito

de 1977, a apostila, publicada pela FAU-USP, *Notas de um estudo sobre objetivos do ensino da arquitetura e meios para atingi-los em trabalho de projeto* (LEFÈVRE, 2019d); o que reforça a tese de um referencial em Freire (a partir de Mannheim) desde anos antes de sua dissertação, mesmo sendo esse o único trabalho em que o arquiteto o cite diretamente.

A referência de Lefèvre ao pensamento freireano vai além do método: nota-se um paralelo com as experiências práticas de Freire nos *asentamientos* da reforma agrária chilena, na medida em que ambos concebem a unidade produtiva em questão – o canteiro de obras para o arquiteto, os assentamentos rurais para o pedagogo –, como “unidade cultural”, e não somente econômica (FREIRE, 2011a, p. 51).

Por fim, observamos que a própria noção de utopia adotada pelo arquiteto deve muito ao pensamento freireano. Lefèvre (2019f, p. 211-216), no primeiro capítulo de sua dissertação, apresenta sua síntese teórica sobre a utopia como fundada historicamente em um “compromisso político”, “uma vontade coletiva possível de cumprir”. Uma formulação bastante próxima da noção freireana presente no livro *Conscientização: teoria e prática da libertação*, de 1979, no qual Freire (1980, p. 27) propõe que “o utópico não é o irrealizável”, mas, sim, “um compromisso histórico” de “denunciar a estrutura desumanizante e anunciar a estrutura humanizante”.

A ideologia desenvolvimentista estruturou-se como a ideologia da burguesia industrial ascendente no período de industrialização e urbanização do Brasil (MARINI, 2022). Foi uma ideologia hegemônica na década de 1950, encontrando sua crise com o golpe empresarial-militar de 1964 e sendo derrotada – mas não completamente superada, sobretudo nas esquerdas – com a hegemonia neoliberal, a partir da década de 1980 e 1990. O imperativo e a possibilidade de um “desenvolvimento capitalista autônomo” em um país de economia dependente foi uma noção basilar de tal ideologia (MARINI, 2020). No Brasil, a ideologia desenvolvimentista encontrou na Arquitetura Moderna um instrumento para a sua objetivação por meio da difusão tardia da

ideologia arquitetônica a partir de um “*parecer moderno*” apesar da industrialização dependente, insustentável e precária (RECAMÁN, 2002, p. 221).

Na produção de Rodrigo Lefèvre também encontramos tais ideologias por meio da interação ininterrupta entre a racionalização da produção e a idealização da construção de um novo homem em conformidade com a nova sociedade urbana e industrial. O protagonismo do problema do desenvolvimento, a partir da centralidade das noções desenvolvimentistas de planejamento democrático e democratização fundamental, pode ser tomado como expressão particular da hegemonia da ideologia arquitetônica dentro da Arquitetura Moderna brasileira, mesmo no período de sua crise, na qual ainda persistia enquanto “*mediação entre realismo e utopia*” (TAFURI, 1972, p. 49).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Questionando as contradições da Arquitetura Moderna brasileira e as razões intrínsecas de sua crise, a produção teórica e arquitetônica de Rodrigo Lefèvre não pode, estritamente, ser identificada com o seu cânone. No entanto, é na identidade de sua não-identidade que está a essência de sua relação. Nesse sentido, pode ser analisada a partir da ideologia arquitetônica reinterpretada no período da crise das vanguardas artísticas e do desenvolvimentismo brasileiro. Nesse contexto, podemos afirmar a persistência da ideologia arquitetônica – e de seu par, a ideologia desenvolvimentista – na produção de Lefèvre. Desse modo, sua produção se insere dentro do quadro da Arquitetura Moderna brasileira como uma elaboração crítica que objetivava uma reconstrução autocrítica da vanguarda moderna em crise.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Pedro Fiori. *Arquitetura Nova*: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões. São Paulo: Editora 34, 2011.
- ARTIGAS, João Batista Vilanova. Uma falsa crise. In: LIRA, José Tavares Correia; ARTIGAS, Rosa. (Org.). *Caminhos da arquitetura*. São Paulo: Cosac Naify, 2004. p. 102-107.
- BENJAMIN, Walter. O Autor como produtor. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* – (Obras Escolhidas v. 1). São Paulo: Brasiliense, 2016. p. 129-146.
- BUIM, Ana Carolina. *Rodrigo Lefèvre e o acampamento de obra: uma utopia*. 2022. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2022.
- BUZZAR, Miguel Antonio. *Rodrigo Brotero Lefèvre e a vanguarda da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019.
- FERRO, Sérgio; IMPÉRIO, Flávio; LEFÈVRE, Rodrigo. Arquitetura experimental. In: ARANTES, Pedro Fiori. (Org.). *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006. p. 37-44.
- FERRO, Sérgio; LEFÈVRE, Rodrigo. Proposta inicial para um debate: possibilidades de atuação. In: ARANTES, Pedro Fiori. (Org.). *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006, p. 33-36.
- FERRO, Sérgio. Arquitetura Nova. In: ARANTES, Pedro Fiori. (Org.). *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006a. p. 47-58.
- FERRO, Sérgio. FAU, Travessa da Maria Antônia. In: ARANTES, Pedro Fiori. (Org.). *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006b. p. 265.
- FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Editora Moraes, 1980.
- FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. São Paulo: Paz e Terra, 2011a.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2011b.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- GUIMARÃES, Humberto Pio. *Rodrigo Brotero Lefèvre: a construção da utopia*. 2006. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2006.

KOURY, Ana Paula. *Grupo Arquitetura Nova*: Flávio Império, Rodrigo Lefèvre e Sérgio Ferro. São Paulo: Romano Guerra: Edusp: FAPESP, 2003.

LEFÈVRE, Rodrigo Brotero. O Arquiteto assalariado. In: KOURY, Ana Paula. (Org.). *Arquitetura Moderna Brasileira: uma crise em desenvolvimento – Textos de Rodrigo Lefèvre (1963-1981)*. São Paulo: Edusp, 2019a. p. 191-194.

LEFÈVRE, Rodrigo Brotero. Casa do Juarez. In: KOURY, Ana Paula. (Org.). *Arquitetura Moderna Brasileira: uma crise em desenvolvimento – Textos de Rodrigo Lefèvre (1963-1981)*. São Paulo: Edusp, 2019b. p. 49-51.

LEFÈVRE, Rodrigo Brotero. Entrevista a Renato de Andrade Maia. In: KOURY, Ana Paula. (Org.). *Arquitetura Moderna Brasileira: uma crise em desenvolvimento – Textos de Rodrigo Lefèvre (1963-1981)*. São Paulo: Edusp, 2019c. p. 57-80.

LEFÈVRE, Rodrigo Brotero. Notas de um estudo sobre objetivos do ensino da arquitetura e meios para atingi-los em trabalho de projeto. In: KOURY, Ana Paula. (Org.). *Arquitetura Moderna Brasileira: uma crise em desenvolvimento – Textos de Rodrigo Lefèvre (1963-1981)*. São Paulo: Edusp, 2019d. p. 87-139.

LEFÈVRE, Rodrigo Brotero. Notas sobre o papel dos preços de terrenos em negócios imobiliários de apartamentos e escritórios, na cidade de São Paulo. In: KOURY, Ana Paula. (Org.). *Arquitetura Moderna Brasileira: uma crise em desenvolvimento – Textos de Rodrigo Lefèvre (1963-1981)*. São Paulo: Edusp, 2019e. p. 157-178.

LEFÈVRE, Rodrigo Brotero. Projeto de um acampamento de obra: uma utopia. In: KOURY, Ana Paula. (Org.). *Arquitetura Moderna Brasileira: uma crise em desenvolvimento – Textos de Rodrigo Lefèvre (1963-1981)*. São Paulo: Edusp, 2019f. p. 197-447.

LEFÈVRE, Rodrigo Brotero. Uma crise em desenvolvimento. In: KOURY, Ana Paula. (Org.). *Arquitetura Moderna*

Brasileira: uma crise em desenvolvimento – Textos de Rodrigo Lefèvre (1963-1981). São Paulo: Edusp, 2019g. p. 45-47.

LUKÁCS, Georg. *A Destruição da razão*. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

MARINI, Ruy Mauro. A Crise do desenvolvimentismo. *Lavrapalavra*, 20 nov. 2020, São Paulo. Disponível em: <https://lavrapalavra.com/2020/11/20/a-crise-do-desenvolvimentismo/>. Acesso em: 21 ago. 2024.

MARINI, Ruy Mauro. La Crisis teórica. *Ruy Mauro Marini*, 2022, Ciudad de México. Disponível em: <https://marini-escritos.unam.mx/?p=1494>. Acesso em: 23 jul. 2024.

MANNHEIM, Karl. *O Homem e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

PAIVA, Vanilda Pereira. *Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista*. São Paulo: Graal, 2000.

RECAMÁN, Luiz Antônio. *Oscar Niemeyer: forma arquitetônica e cidade no Brasil moderno*. 2002. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SACCONI, Davide. Arquitetura como práxis: apontamentos sobre o legado da Arquitetura Nova. *Revista arq.urb*, São Paulo, n. 29, p. 31-40, 2020. <https://doi.org/10.37916/arq.urb.vi29.487>

TAFURI, Manfredo. Para una crítica de la ideología arquitectónica. In: TAFURI, Manfredo; CACCIARI, Massimo; DAL CO, Francesco. *De la Vanguardia a la metrópoli*. Barcelona: Gustavo Gili, 1972. p. 13-78.

TAFURI, Manfredo. *Projecto e utopia*. Lisboa: Editorial Presença, 1985.